

Vazios Históricos: A etnologia dos ‘índios impuros’ e o Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb)

Maria Rosário de Carvalho^a
Edwin B. Reesink^b

Resumo: O artigo é uma contribuição à muito ampla revisão da história da antropologia no Brasil e trata da criação do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb), sediado no Departamento de Antropologia e Etnologia da FFCH-UFBA, do seu Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre Índios da Bahia (Fundocin) e da contribuição acadêmica dos pesquisadores que compõem um e outro, no período compreendido entre os anos 1970 e 1990. Trata-se de uma versão revista e atualizada de um capítulo de livro publicado em 2017, e que muito pouco circulou, o que motivou a revisão muito ampliada e a publicação atual.

Palavras-chave: Índios, Nordeste, História da etnologia, Relações interétnicas, Pineb.

Em termos gerais, há já certo tempo um movimento internamente à antropologia está procedendo, com um pouco mais de dedicação, a uma revisão da sua história, e, no Brasil, depois de Mariza Corrêa,

a Universidade Federal da Bahia. Professora Titular vinculada às Pós-Graduações em Ciências Sociais (PPGCS) e em Estudos Étnicos e Africanos (PosAfro). Líder do Pineb. Email: mrgdecarvalho12@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-2569-6254>

b Universidade Federal de Pernambuco. Professor Titular do Departamento de Antropologia e Museologia e da Pós-Graduação em Antropologia. Co-líder do Pineb (UFBA). Email: edwin.reesink@ufpe.br <http://orcid.org/0000-0002-5802-7375>

o mesmo fenômeno está ganhando algum fôlego. As histórias mais tradicionais da antropologia têm se concentrado em figuras-chave e espaços acadêmicos também tidos como centrais. Tal abstração, em si mesma inelutável, muitas vezes não faz jus a todas as pessoas que também contribuíram, de modo significativo, ao conhecimento antropológico. Em certos casos, contribuições de pessoas reconhecidamente centrais na disciplina podem não ter recebido atenção suficiente, o que parece querer dizer que a produção bibliográfica deve ser, periodicamente, retomada, submetida a avaliações, revisões e reavaliações para melhor aproveitamento contemporâneo (v., para citar somente um exemplo, Bashkow (2004) sobre o conceito de “limites culturais”, já relativizando a ideia de culturas fechadas e autocontidas, na época de Boas). Em princípio, toda e qualquer obra dos nossos ancestrais intelectuais é um manancial muito raramente suficientemente retomado e apreciado. Muitos escritos podem ser objeto de revisão e inspiração para reutilização de ideias já lançadas, às vezes até erroneamente relançadas como novidades, ou renovadas para atender a questões contemporâneas.

Tem-se constatado, em geral, ocorrer um tempocentrismo antropológico das gerações mais novas para com as mais antigas. Assim, a subestimação das gerações anteriores também não é de hoje e tampouco a reclamação sobre isso é nova. Em certos casos é possível que a visão costumeira da etnologia-antropologia no Brasil tenha negligenciado a contribuição de uma época anterior quando a filiação acadêmica se reorientou para outros centros acadêmicos mais notórios, tal como aconteceu com o papel fundamental da etnologia alemã nos primórdios da etnologia dos povos indígenas (Petschelies 2022). Aliás, a revisão histórica da etnologia alemã reavaliou a importância das origens da etnologia anterior a Boas e considerou que ele foi, de fato, um herdeiro que transmitiu a sua atuação fundadora (Vermeulen apud Petschelies 2022:43). Desse modo, a história da antropologia no Brasil também requer revisões e reavaliações que ampliem o espectro já conhecido e, ou, corrijam vazios das mais diversas ordens.

O nosso objetivo aqui é retomar a origem e a história acadêmica da antropologia-etnologia produzida no Nordeste do Brasil que resultou das ações do primeiro grupo de pesquisa acadêmica organizado, nesta região. As gerações mais novas que pesquisam a etnologia no Nordeste parecem não ter noção sobre quão pouco se sabia na época em que as primeiras pesquisas foram desenvolvidas e em que prevalecia grande desconhecimento acerca da existência de povos indígenas e aparente pouco interesse em identificá-los e pesquisá-los. Retomamos, então, publicações anteriores de pesquisadores associados ao Pineb (Carvalho e Reesink 2017; 2023), visando ampliar a visibilidade de uma história ainda insuficientemente conhecida e analisada.

Os anos 1950 e 1960, que antecederam a criação do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb), foram de grande silêncio em relação aos povos indígenas estabelecidos nessa região, dentro e fora das universidades. Desde as ações formais, nacionais e regionais, desencadeadas em meados do século XIX para buscar extinguir os aldeamentos na região, todos os povos indígenas foram submetidos a um processo de estigmatização crescente, seja por não mais serem considerados indígenas, seja por não mais disporem de terras, uma vez que a Constituição Republicana de 1891, em seu artigo 64, determinou a transferência, para os estados federados, das terras devolutas, entre as quais se contavam, desde 1887, aquelas dos aldeamentos extintos (Cunha 1987:74). Mas entre 1876-1878 já ocorria esbulho formal de terras indígenas, como parece testemunhar a distribuição em lotes para famílias de indígenas Fulni-ô. Essa prática de transformar terra indígena em lotes visaria induzir os indígenas a se transformar em agricultores (Cunha 1992: 153-154), assim como, sob a égide do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a pecuária tornou-se um dos principais “mecanismos civilizatórios das populações originárias no Brasil e empresa primordial na constituição da renda indígena” (Velden 2024:38). Ao longo do século XIX até os anos 1970, salvo por tímidas e pontuais ações positivas do SPI, criado em 1910, os indígenas persistiram negligenciados, política e socialmente, pela socieda-

de regional e nacional dominante. Grande parte dos antropólogos da época também os encarava, aparentemente e salvo honrosas exceções, como destituídos de interesse etnográfico e teórico, senão, no pior dos cenários, expressavam preconceito similar em larga medida àquele vigente na sociedade brasileira, que os visualizava, e ainda os visualiza, como ‘índios falsos’, ‘não autênticos’, ‘não puros’ (em contraposição a ‘índios puros’). No fim dos anos 1960 do século passado, a etnologia dos povos indígenas no Nordeste brasileiro inexistia como um campo de conhecimento antropológico reconhecido.

Em outras palavras, discriminados pelo fato de não mais serem considerados indígenas, sem, paradoxalmente, deixar de ser ‘descendentes de índios’, sofriam uma dupla discriminação por persistirem como ‘diferentes’, mas não, supostamente, em sentido pleno, mas em condição de subordinação étnica assimétrica (Reesink 1983). De acordo com as percepções regional e nacional, tratava-se, ontem e, ainda em larga extensão hoje, de grupos designados, na grande maioria das vezes, como caboclos, pessoas tidas como etnicamente ilegítimas, por descenderem de indígenas, mas não mais fazerem jus a tal categoria. Ou seja, como se fossem realmente ‘índios impuros’, no sentido de Mary Douglas (2010) e, portanto, irrelevantes, não mais preencheriam a categoria étnica indígena, tampouco suscitariam interesse por parte da etnologia brasileira.

A partir dos anos 1970, vários desses grupos desencadearam um movimento de recusa à dupla discriminação referida, ao tempo em que empreenderam um movimento de ‘autoconvencimento’ da sua condição indígena, da sua auto-identificação e autovalorização, e de ‘alterconvencimento’ da população regional e do Estado (Funai e várias instâncias governamentais) do reconhecimento da sua identidade indígena. Nessa época, e por muitos anos, povos indígenas no Nordeste ainda eram pouco conhecidos, mas, em sua condição de permanente subalternidade no sistema interétnico esforçavam-se no sentido de não mais serem tratados como ‘caboclos’, e para assumir a condição, especialmente jurídica, nos âmbitos regional e nacional, de ‘índios’

(Reesink 1984; 1988). De fato, mais para o fim dos anos 1980, este fenômeno, amplamente denominado etnogênese, e que se disseminou para outras regiões brasileiras, a exemplo da região norte, passou a atrair a atenção de várias instituições acadêmicas, o que na sequência deu lugar a um crescimento significativo de pesquisas.

Esse quase absoluto silêncio ou invisibilidade social e acadêmica não ocorreu apenas, é necessário observar, em relação aos indígenas no Nordeste. Na introdução ao seu livro *Índios e Brancos no Sul do Brasil* (1973), Sílvio Coelho dos Santos chama atenção para a invisibilização dos indígenas da região Sul pelos regionais e pelas instâncias burocrático-estatais, na década de 1960, destacando a surpresa das pessoas quando ele mencionava a existência de indígenas nessa região (Silva 2015:24). Na edição 10 da *Revista ILHA* de 2009, em homenagem ao mesmo Sílvio Coelho dos Santos, encontra-se a declaração de David Maybury-Lewis – então coordenador do Harvard Central Brazil Project (HCBP), uma parceria entre o Museu Nacional/UFRJ (RJ) e a Universidade de Harvard, desde 1960 – de que excluiu os Jê meridionais do projeto, por ter sido levado a supor que eles já estavam extintos, conforme apontavam as reduzidas pesquisas anteriores acerca dos grupos Kaingang e Xokleng:

“De fato, nós não os incluímos em nosso projeto de pesquisa original porque pensávamos, erroneamente, estou feliz em dizê-lo, que eles haviam sido exterminados ou, no mínimo, que sua forma de vida estava extinta. Pesquisa recente desenvolvida por Sílvio Coelho dos Santos (1973) e Gregory Urban (1978) tem mostrado, entretanto, que os Kaingang e os Shokleng estão ainda vivendo em reconhecível estilo Gê” (Maybury-Lewis 1979:06, *apud* Silva 2015:24-25; tradução nossa).

Vale observar que o projeto coordenado por Maybury-Lewis foi desenvolvido nos anos 1960 e que Sílvio Coelho dos Santos realizou sua pesquisa na segunda metade dessa década, mas só a publicou por volta do ano 1970 (1973), tal como a pesquisa de Maria de Lourdes Bandeira (1972, v. adiante) e a chegada de Pedro Agostinho na Bahia, em 1971. Talvez não seja mera coincidência que Santos e Agostinho

tenham participado do Simpósio sobre Conflito Interétnico na América do Sul, em Barbados, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1971, que marcou uma época de inflexão na abordagem, visão e ética de pesquisa e colaboração com os povos indígenas não andinos. Assim como, para o Sul, o impulso determinante para a visibilização dos povos Jê do Sul procedeu de Sílvio Coelho dos Santos (inclusive para conter a política aberta de ‘extermínio’, hoje chamada de genocídio), para a Etnologia das Terras Baixas do Nordeste brasileiro o impulso decisivo ocorreu com a chegada de Pedro Agostinho ao Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA. Convidado, no final de 1970, pelo então reitor Roberto Santos, que atendeu, por sua vez, uma sugestão do arqueólogo Valentín Calderón, Agostinho se integrou ao corpo docente da UFBA, a partir de 1971. O reitor Santos queria criar o mencionado Departamento e dependia de mais um antropólogo para formar um corpo mínimo de docentes credenciados. Foi assim que ocorreu a sua inserção na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, no referido Departamento, já como professor assistente.

Ele havia realizado um estudo pioneiro sobre o ritual Kwarip do povo Kamayurá, e o seu projeto, ao chegar à Bahia, consistia em continuar voltado para os estudos no Alto Xingu. Não obstante o seu estudo pioneiro e relevante até os dias de hoje, o autor estava ciente de que requeria aprofundamentos. Contudo, instalado na Bahia, ele constatou que, devido às limitações de caráter orçamentário e às suas próprias condições físicas, seria impossível continuar na linha dos seus interesses etnológicos no Alto Xingu e no Brasil central. Em contrapartida, o seu compromisso com os povos indígenas, em especial após a participação em Barbados, e o seu senso ético e humanista o impeliram para um outro objeto etnológico (Carvalho e Reesink 2023).

Estabelecido em Salvador, Agostinho concluiu que deveria fazer o que mais importante fosse, do ponto de vista social e científico, para aproveitar a sua presença na Bahia e no Nordeste: procurar se informar sobre os povos indígenas, muito pouco conhecidos, e desenvolver pesquisas na região. A sua presença e a consequente novidade

representada por uma área de Etnologia indígena na UFBA suscitaram reação negativa por parte de alguns colegas, que se ressentiram, é a nossa suposição, da forte reação positiva dos estudantes. Em pouco tempo, falava-se de ‘imperialismo indígena’, muito provavelmente devido à afluência dos graduandos aos cursos de Agostinho, que se destacavam pela pedagogia utilizada, i.e., contrária à hierarquização e competição, e francamente adepta da emulação (no sentido de ‘empenhar-se na mesma pretensão’) entre estudantes em distintos níveis de formação acadêmica. Além disso, sobressaía a impressão entre muitos colegas que a presença indígena na Bahia era irrisória, irrelevante e a caminho da extinção definitiva. Essa impressão, por outro lado, não era de estranhar dado o fato de que, como dito, realmente havia um vazio profundo de informação recente e confiável sobre esses povos. A grande inovação produzida por Agostinho será empenhar um grupo de estudantes a desenvolver trabalho de campo e buscar informações etnográficas novas e confiáveis.

Cabe lembrar que, por volta também de 1970, o antropólogo que liderava as pesquisas sobre o que designou de “fricção interétnica” – no âmbito de um “sistema interétnico de dominação” –, Roberto Cardoso de Oliveira, se interessou pela noção de “índios camponeses”. Nos anos 1960 ele não somente elaborou os conceitos acima mencionados, mas se inspirou também nos colegas da América Latina com quem entrava em contato no Museu Nacional da UFRJ. Assim, ele discutiu, para o caso do Brasil, o conceito de colonialismo interno criado por Pablo González Casanova (2007) – cuja definição está “originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações nativas não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal [...]” – e tomou conhecimento da presença quantitativamente importante de um campesinato indígena em vários países da América Latina. Pensando sobre o que seria um caso similar no Brasil, sua atenção se dirigiu ao Nordeste. Do

pouco que se conhecia sobre os povos indígenas na época, a sua escolha recaiu sobre os Potiguara da Baía da Traição, na Paraíba. Partiu-se, então, do pressuposto de que os Potiguara, a exemplo de outros povos estabelecidos no Nordeste, estariam, basicamente, no final de um processo de aculturação imposto pela sociedade brasileira envolvente. O resultado da pesquisa de Paulo Marcos Amorim (1970) orientada por Cardoso de Oliveira versou, deste modo, sobre índios camponezes, e, certamente, contribuiu para o início da retomada da etnologia produzida no Nordeste, quando, mais tarde, seu texto chegou às mãos de Agostinho, na Bahia. No entanto, esse esforço orientado para a teoria da fricção interétnica não teve sequência, e consequência, em outras pesquisas, nem entre os mesmos Potiguara, nem entre outros, seja por parte de Amorim, seja por outros estudantes de Cardoso de Oliveira. Nesse sentido, a iniciativa terminou por não produzir efeitos duradouros além da publicação de um único outro texto, que visou comparar a dependência econômica de diversos povos no Nordeste (Amorim 1975).

A etnografia produzida por Amorim apresentava-se ainda em estágio inicial, embora tenha sido um esforço louvável para mapear a posse da terra e a composição da população. O foco de sua pesquisa recaiu, em consonância com a origem latino-americana do conceito, sobre as diversas atividades econômicas e a relação com seu exterior não-indígena, e o seu mérito incide nesse campo. Por outro lado, a pesquisa de campo também pioneira desenvolvida, ao final dos anos 1960, por Maria de Lourdes Bandeira entre os Kiriri de Mirandela, mostra-se bem mais abrangente, rica e diversificada em dados etnográficos, ao estilo de uma, digamos, etnografia clássica. Vale notar, ainda, que ela se desenvolveu com o apoio de Pedro Agostinho (além de outros, como Valentín Calderon, na UFBA), que ainda se encontrava em Brasília até que a crise na UnB, deflagrada pelo golpe militar de 1964, motivasse o seu deslocamento para Salvador/BA. Graças, até onde sabemos, aos apoios de Calderon e Agostinho, a EDUFBA publicou o livro que resultou da dissertação (Bandeira 1972).

A criação e implantação do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb): 1971-1972

Agostinho sempre se preocupou com a ação política entendida como a utilização do conhecimento científico para agir na *polis*, i.e., agir no interior da sociedade e, portanto, para intervir, politicamente, no funcionamento dessa sociedade. Ele identifica essa preocupação social e política com a influência exercida por seu pai, George Agostinho da Silva, e outros intelectuais portugueses, a exemplo de António Sérgio, para quem a questão social (promoção das condições de vida das classes trabalhadoras) era mais fundamental do que a revolução política. A força das ideias desses pensadores – talvez com maior força as ideias de António Sérgio, que se opôs ao positivismo, ao bergsonismo e ao materialismo dialético, “propondo um racionalismo aberto, valorizador da prática, do trabalho humano e do papel da técnica” (Príncipe 2021:53) – teria impulsionado Pedro Agostinho a tentar articular o interesse pela indagação intelectual com a preocupação com o que ele designa a organização do funcionamento da *polis*, portanto, da sociedade politicamente organizada. O foco do seu trabalho no escotismo, o próprio fato de ter realizado um curso de Escola Normal para ser professor, tudo já indicava que ele considera o ato de ensinar, de abrir horizontes para as pessoas, como atos políticos, opções políticas para buscar intervir social e politicamente, através do conhecimento sistematicamente adquirido, e, conseqüentemente, redistribuído pelo maior número de pessoas e sem hierarquias acadêmicas, hierarquias de conhecimento, ou hierarquias formais de organização.

Uma das primeiras iniciativas docentes de Agostinho foi ministrar um curso sobre contato interétnico, porque lhe parecia, naquele momento histórico, fundamental discutir as relações coloniais entre a etnia dominante e as várias etnias indígenas. E, então, ele começou a desenvolver um esboço geral de Etnologia e, logo depois, um pouco de museologia aplicada à etnologia. A criação do Pineb viria na sequência da sua participação na I Reunião de Barbados, organizada pelo Conse-

lho Mundial de Igrejas e o Departamento de Etnologia da Universidade de Berna/Suíça.

Como já mencionado, as informações sobre os povos indígenas no Nordeste eram tão escassas que foi notícia de jornal – identificada por meio de uma pesquisa conduzida por estudantes de graduação em ciências sociais – de um grave evento ocorrido entre os Pataxó, em 1951, o que atestou a sua existência e justificou a organização de uma expedição à aldeia de Barra Velha, na porção do extremo-sul da Bahia. Desse modo, o Pineb tomou forma, a partir de dezembro de 1971, quando Pedro Agostinho e um grupo de estudantes da FFCH/UFBA visitaram Barra Velha, a aldeia mais importante dos Pataxó, na região de Monte Pascoal (Agostinho 1993; Carvalho 2012:25). Naquele primeiro momento, anteriormente referido, inaugurou-se a prática de uma antropologia contemporânea ao abrigo institucional do Projeto de Pesquisa sobre Populações Indígenas na Bahia (PPPIB), que antecedeu o Pineb.

Qual era a ideia que presidiu a visita à Barra Velha? Primeiramente, produzir um censo demográfico, mediante um questionário detalhado, e uma inspeção geral das condições geográficas e econômicas em que os Pataxó se encontravam, assim como do contato interétnico, e, ainda, obter informações sobre a sua organização social e política. Prevalecia a convicção, decorrente sobretudo da leitura dos viajantes no século XIX, de que o último contato com índios em estado de isolamento, na porção sul da Bahia, havia ocorrido em 1926, tal como evidencia a criação, nessa data, da reserva Caramuru-Paraguassu para “gozo dos índios tupinambás e pataxós, ou outros que ali são habitantes” (Lei Estadual 1916/26). Em campo fez-se, basicamente, o registro do tipo e tamanho das casas, a forma de construção, a organização do espaço, e o já referido censo demográfico, do que resultou uma população de 676 habitantes. Hoje, os Pataxó já passam de 15 mil.

Então, diante do que ele testemunhou, assim como testemunharam os jovens estudantes por ele liderados, na aldeia de Barra Velha, e sobretudo pressionado pela emergência de que os índios tinham de cooperação, ele tentou direcionar as energias do PPPIB para, simulta-

neamente, desenvolver pesquisas sobre os indígenas na Bahia e tomar providências em diversos planos, desde a mídia, para que eles se tornassem capazes de articulação com a economia de mercado e de reivindicar os seus direitos. Viviam-se em um regime de exceção e muitas modalidades de ação e de posicionamento podiam ser acionadas e manipuladas contra os próprios indígenas e contra os seus aliados, como, de fato, o foram e prosseguem sendo, em larga escala.

Agostinho se ocupou, também, de um inquérito, melhor dito, de um registro de português falado pelos Pataxó, e de um registro linguístico das formas lexicais indígenas em uso, para dispor de um vocabulário mínimo de 200 palavras, que é o vocabulário estimado pelo linguista americano *Swadesh*, passível de permitir o estabelecimento de comparações linguísticas e de determinar o parentesco do grupo com outros já estudados. Para isso, foi empregado o questionário padrão de *Swadesh*, e feita uma primeira tentativa de identificação cultural e linguística dos Pataxó.

Os artigos de Agostinho, elaborados em colaboração com seus estudantes, e não publicados, *Identidade e Situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia*, e *Identificação Étnica dos Pataxó de Barra Velha* (Agostinho 1974 [escritos em 1972]), resultantes dessa experiência, foram produzidos como tentativas de contribuir para a alteração positiva das condições de existência dos Pataxó, à época em situação de grande vulnerabilidade, proibidos que se encontravam de se deslocar nos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal, seu território tradicional, e de caçar e pescar, restando-lhes coletar caranguejos no mangue, a sua fonte mais relevante, e tradicional, de proteína animal (Agostinho republicado em Carvalho e Reesink 2023). Em face da penúria alimentar e material geral, decidiu-se elaborar o relatório, o estudo descritivo da situação e, complementarmente, fazer convergirem o trabalho científico, a preocupação com a política indigenista e a intervenção direta nessa política. A ideia, então, era conhecer o máximo sobre os povos indígenas, pensar politicamente sobre esse conhecimento e, depois, passar a uma ação que lhes permitisse um grau maior de autonomia,

econômica, social e política, porque aquelas vivenciadas eram extremamente graves.

Tratou-se, então, de tornar crescentemente visíveis os índios, no caso, os Pataxó, ao tempo em que se viabilizou seu deslocamento a Salvador, para vender artesanato, na FFCH/UFBA, com o que compraram itens diversos, ademais de receberem presentes e aprenderem com a experiência. Eles tiveram grande exposição na mídia, principalmente televisiva. Ocorreu, então, algo curioso: pessoas que não tinham relação aparente com a antropologia, vinham vê-los, visitá-los, adquirir seus produtos e doar-lhes presentes. Testemunhamos algumas delas pagando em dobro o que os indígenas pediam, porque elas vinham, de certo modo, homenageá-los, reverenciar os indígenas imaginados que se concretizavam mediante as interações estabelecidas.

Pouco depois, foi organizada, para assinalar o denominado Dia do Índio, em 19 de abril de 1972, uma exposição sobre os Índios do Brasil, com material etnográfico do Museu do Índio (Rio de Janeiro), no saguão do Teatro Castro Alves, em Salvador. As equipes do MI, então dirigido por Nei Land, e do PPPIB se mobilizaram, e a iniciativa foi muito bem-sucedida. Pessoas diversas, que estavam se deslocando pelo Campo Grande – a grande praça cuja origem está relacionada ao contexto de transferência da corte portuguesa para o Brasil, com a chegada da esquadra ao porto de Salvador, em 1808, e cuja denominação se deve ao 2 de julho já referido –, tais como baianas de acarajé, estudantes e transeuntes em geral, começaram a se deixar atrair pelas fotos e peças expostas. Elas se acercavam e entravam, não só para olhar, mas para fazer perguntas, para satisfazer a curiosidade. Na sequência, houve uma semana de filmes etnográficos sobre povos indígenas no Brasil, dos acervos do Museu do Índio e de Noel Nutels, o indigenista e sanitarista muito perseguido durante a ditadura. A exposição foi montada com o propósito também de homenagear Noel Nutels. Uma homenagem póstuma, para a qual foi convidada sua mulher, Elisa, que falou sobre o seu trabalho e comentou filmes por ele produzidos. Ela era amiga do pintor, gravador e desenhista Hector

Julio Páride Bernabó, mais conhecido como Carybé, e ficou hospedada em sua casa. O historiador Johildo Athayde, à época diretor do Departamento Cultural da UFBA, colaborou, apoiando tanto a montagem da exposição quanto a confecção dos cartazes de divulgação. Os filmes, em geral em película 35 mm, foram projetados no salão nobre da reitoria, e atraíram um grande público. Vale ressaltar que na primeira sessão do evento ocorreu uma bela apresentação de índios do Xingu, dançando *Kuarup*, seguida de outra, com indígenas do Alto Amazonas.

Os anos 1970 e 1980

Com esse começo em 1971-2, abriu-se de fato um campo de conhecimento etnológico novo e imprevisto, e que inspirou também outros pesquisadores a empreenderem estudos em outros estados. Na mesma década de 1970, foram desenvolvidas várias pesquisas de campo, no âmbito do Pineb, e em arquivos, a partir do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). O artigo de Hildete da Costa Dória (1988) sobre a localização das aldeias e o contingente demográfico das populações indígenas da Bahia entre 1850 e 1882 (escrito em 1976, publicado em 1988) foi a primeira tentativa, apoiada na documentação compulsada no Apeb por bolsistas de Iniciação Científica (IC) e de Aperfeiçoamento (AP) do CNPq, de mapear as aldeias sobre as quais havia registros no século XIX. Ele passou a figurar como uma referência para os nossos pesquisadores.

Os povos indígenas foram apreendidos como expressões do sistema maior englobante – o título da dissertação de Carvalho (*Os Pataxó de Barra Velha: um subsistema econômico*) é bem ilustrativo dessa percepção –, cujos níveis ecológico e econômico foram considerados estratégicos, daí as prioridades incidirem sobre os Tuxá (*Economia Tuxá*) (Násser 1975), *Pataxó* (Carvalho 1977) e, na sequência, *Pankararé* (Caroso 1977). Atendidas as prioridades, o espectro temático foi ampliado para a organização social, contato interétnico e identidade étnica,

etnohistória, antropologia política, ritual e simbolismo em situação interétnica, inclusive, já nessa época inicial, com uma dissertação sobre a sociedade Tuxá (Nasser, N. 1975).

Foi assim que, no campo da antropologia social, a dissertação de mestrado de Carvalho, que participou da primeira visita acima mencionada e reorientou os seus planos para os Pataxó, investigando o seu sistema econômico, visou, estrategicamente, aprofundar as investigações preliminares conduzidas por Agostinho e os estudantes, em 1971, concentradas agora na organização econômica. O retorno de um membro da equipe para uma permanência mais longa na aldeia de Barra Velha era algo tacitamente previsto, de parte a parte. Por volta de 1976-1977, Edwin Reesink desenvolveu uma pesquisa entre os Kaimbé de Massacará (nordeste da Bahia) e, desde então, se filiou a esse Programa. Fazia muito sentido, então, a intenção inicial de Reesink de aprofundar a etnografia dos Kiriri, vizinhos dos Kaimbé e que estavam em forte processo de reorganização política, uma sequência lógica do seu mestrado (1977). ‘Reconhecidos’ pelo Estado ainda nos anos de 1950, em sua fase de reorganização social e política, os Kiriri ‘adotaram’ o Toré (Martins 1982, um estudo exploratório sobre o tema; Nascimento 1994, em trabalho de muito maior fôlego teórico), ritual que, em muitos casos, parece ter funcionado como prova de *indianidade* para os desconfiados representantes do órgão indigenista oficial. No caso Kiriri, a reintrodução do Toré deve ter-se afigurado como mecanismo propiciador de coesão social e reaglutinador dos interesses coletivos, frustrado, porém, devido à adoção, pelo cacique Lázaro Gonzaga de Souza, de práticas excessivamente controladoras e disciplinadoras, que fizeram eclodir um intenso processo seccional, que persiste (Reesink 2000 [mas produzido em 1995]). De fato, porém, será Carvalho (1975) quem produzirá uma breve interpretação da rica etnografia de Bandeira, no tocante à organização econômica Kiriri, e Sheila Brasileiro quem, bons anos depois (1996), investigará a divisão sociopolítica desse povo indígena em sua dissertação de mestrado.

As pesquisas entre os Pataxó, e o apoio a eles concedido, colocaram-nos em destaque para merecer atenção estatal. No entanto, foram vítimas da ação deletéria do Estado e da ideologia nacional que propagou que “o Brasil começou no Monte Pascoal”, do que resultou o seu deliberado desconhecimento por ocasião da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal. Um acordo entre a FUNAI e o IBDF, aparentemente acompanhado e corroborado, por parte dos Pataxó, apenas pelo cacique e vice cacique à época, respectivamente Rufino Vicente Ferreira e Alfredo Braz, foi celebrado em 1980. Pelo acordo, o IBDF admitiu que o correspondente à metade norte da área identificada como território de ocupação tradicional Pataxó – “junto ao rio Caraíva, estendendo-se para oeste apenas até as proximidades da base do Monte Pascoal, com a extensão de 8.627 hectares” (MPF Nota Técnica 2001:03) – passaria ao seu usufruto, o que implicava que os manguezais junto ao estuário do rio Corumbau permaneceriam sob controle do PNMP, aos Pataxó restando apenas os brejos arenosos junto ao estuário do Caraíva (Sampaio 1996:15).

Inquestionavelmente, o denominado acordo era lesivo aos índios e, portanto, não solucionava os seus problemas, sequer os prementes, uma vez que nem lhes assegurava um território agrícola, tampouco uma base adequada para a coleta de proteína animal. E os dois são, como tão bem enfatizou Agostinho, indissociavelmente complementares: “[...] enquanto das roças provêm os carboidratos sob a forma da principal planta cultivada – a mandioca –, é também da coleta, no mangue e nos recifes, que vem o suprimento de proteína animal. No mangue, há caranguejos e moluscos, no recife moluscos e ouriços-do-mar comestíveis [...]” (Agostinho 1988:75).

E lembra, ainda, Agostinho que no decurso de dez anos “e enquanto estiveram impedidos de plantar roças, segundo suas próprias informações”, os Pataxó sobreviveram graças ao mangue, completando a dieta pela troca, com os membros da sociedade regional, de farinha por excedentes de caranguejo. E mesmo destes por bens industrializados. É esse um fato importante e que não deve ser subestimado,

porque mostra, como lembra Agostinho, a persistência de uma técnica com profundas raízes no tempo – antes de Corumbau e depois de Caraíva, são constantes, na viagem do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, as referências a “índios mansos mariscando pela praia: ao que tudo indica de ascendência tupi, poderiam ter transmitido seus conhecimentos aos Pataxó, mas pode-se supor também que estes já antes do contato e sedentarização viessem coletar mariscos na costa. [...]” – e o valor adaptativo dessa forma de exploração do ambiente (Agostinho 1988:75).

Na década de 1980 o Programa foi tomando vulto e o PPPIB foi redenominado Pineb, Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro, em decorrência mesmo do fato de que certas pesquisas desenvolvidas haviam ultrapassado os limites da Bahia. Em 1981, Maria Rosário de Carvalho, Edwin Reesink e José Augusto Sampaio compuseram uma equipe, que percorreu um número significativo de povos indígenas no Nordeste, cujas terras, majoritariamente, encontravam-se invadidas e sem nenhuma providência administrativa. Dessa viagem, resultaram diversas contribuições relevantes, tais como a pesquisa mediante a qual José Augusto Sampaio inaugurou sua relação intensa de pesquisa e apoio entre os Kapinawá, e que culminou com o marco etnológico representado por seu projeto de pesquisa apresentado, em 1986, ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, pelo qual obteve uma bolsa-prêmio de pesquisa (Sampaio 2011). Duas áreas temáticas eram, já, então, claramente divisadas no âmbito do Pineb, i.e, a antropologia social e a antropologia histórica.

Nos anos iniciais da década de 1980, foram também produzidas as primeiras interpretações teóricas e renovações conceituais – Carvalho (1982a [publicado em 1988], 1982b [publicado em 1984]) e Reesink (1983) – acerca do fenômeno do des-ocultamento e reconhecimento perante o Estado, levado a cabo por diversos povos no Nordeste. Avaliamos as contribuições teóricas desse período como pioneiras, em especial os temas da identidade étnica, território, mistura/’índios

misturados', ritual e segredo ritual, desenvolvidos nos artigos de Carvalho (1984; 1988 [mas produzidos em 1982]; 2011 [mas produzido em 1994]); e de Edwin Reesink sobre os territórios Kaimbé (1983; 1984) e Kiriri (1988) [produzidos em 1983]). Os dois últimos artigos foram especialmente relevantes no que concerne à discussão da chamada légua em quadra, a maior unidade de área do sistema colonial e empregada para medir a área de todas as suas divisões territoriais. Cada légua deveria corresponder a pelo menos cem casais, que o Alvará Régio de 1700 determina que se dê a cada missão, "para instalação de índios e missionários," mas de propriedade dos índios (Anônimo "Informação...": 174, 393) (Reesink 1984; 1988). Essa discussão, aparentemente exclusivamente acadêmica, foi de suma importância para assegurar o território Kiriri sob a forma de um octógono, conforme a sua tradição oral, e com uma área de 12 mil hectares, já homologada (Decreto 98.828:16/01/1990). Para os Kaimbé, a oposição ferrenha e sabotagem do Estado da Bahia, com apoio de técnicos da Funai, reduziu o seu território em mais ou menos um terço, totalizando apenas pouco mais que 8.000 hectares (também homologada, Decreto 395:26/12/1991).

No campo da antropologia histórica, a criação de um Fundo, do qual trataremos mais adiante, foi antecedida por uma experiência piloto no decorrer do ano de 1972, ao longo do qual um grupo de graduandos que, então, cursava Prática de Pesquisa em Antropologia na FFCH/UFBA sob a orientação de Agostinho, procedeu à leitura, transcrição (não diplomática), elaboração de resumos, indexação e organização cronológica de cerca de 950 documentos do século XIX, quase todos provenientes da exaustiva exploração do Arquivo Público do Estado da Bahia/Apeb/Secção de Agricultura, Indústria e Comércio/Índios. Os restantes, em muito menor número, provieram de outras seções do mesmo Arquivo. Essa documentação apoiou, no todo ou em parte, e prossegue apoiando, vários artigos, um livro sobre a revolta Kariri-Sapuyá de Pedra Branca no século XIX (Carvalho 2022), dissertações de mestrado e relatórios técnicos produzidos no âmbito do Pineb.

E foi assim, sob a coordenação de Pedro Agostinho, secundado, inicialmente, por Carvalho e Reesink, que foi se organizando, muito despretenhosa, mas determinadamente, o referido grupo de pesquisa, que prossegue recrutando estudantes de graduação e estimulando-os com vistas à formação pós-graduada, segundo um plano de prioridades, como vimos acima, e certas diretrizes científicas formuladas por Agostinho, e que elencamos, resumidamente, a seguir.

Primeiramente, um grupo de pesquisa deveria esforçar-se para manter, o mais profundamente possível, o igualitarismo entre os seus membros, fossem eles docentes ou discentes. O trabalho desenvolvido deveria se constituir num trabalho coletivo e o seu resultado, partilhado e utilizado por todos. Tal era/é o princípio básico, i.e., a equipe como fundo e não este ou aquele indivíduo. E, dentro da equipe, procurar evitar-se, ao máximo, qualquer tipo de competição individual, de modo a fazer sobrepair a cooperação entre os membros, em direção ao objetivo comum, não os inibindo, contudo, de procederem à escolha dos seus objetos de interesse de estudo e, sobretudo, das formas de os abordar. Não havia/há, assim, imposições de método e de objetos, o que deveria resultar de uma escolha livre – muitas vezes guiada, ajudada – dos próprios interessados, sejam eles da graduação, pós-graduação ou já docentes.

A produção, de caráter científico, deveria também criar quadros treinados para este mesmo trabalho científico. Tratar-se-ia, pois, de uma questão de formação de quadros e de construção de conhecimentos. Uma vez que o objetivo é pesquisar os povos indígenas, a pesquisa deveria ser complementada por uma permanente reflexão, de caráter político, sobre as condições empiricamente verificadas das situações por eles vivenciadas. Estímulo e apoio às suas fórmulas próprias, sem tentar impor-lhes nada de reafirmação étnica e de reorganização social, e assessoria ao nível do arcabouço político-institucional, legislativo, inclusive, visando à criação de melhores condições institucionais.

O Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre os Índios da Bahia (Fundocin)

Como visto, a preocupação com a história fazia parte, desde o início, das atividades previstas. O objetivo básico desse Fundo foi o de montar, a partir do Departamento de Antropologia da FFCH/UFBA, um núcleo de documentação histórica, especializado nos índios da Bahia e, subsequentemente, do Nordeste, de modo a possibilitar a qualquer pesquisador credenciado acesso às fontes primárias que fossem reunidas. E, complementarmente, articular esse núcleo a outros semelhantes que viessem a surgir, especialmente em suas regiões Norte e Nordeste (Agostinho 1998:13). Essa atividade teve início, mais sistematicamente, com o trabalho de uma só pessoa que se encarregava de sintetizar os documentos. Não obstante, como indicado, vários pesquisadores já usufruíam desse trabalho, tais como os autores das dissertações produzidas nos anos 1970.

Partiu-se do pressuposto de que o crescente interesse pela história dos povos indígenas se tem caracterizado por dois aspectos complementares, sendo o primeiro o da necessidade teórica de aprofundar a dimensão diacrônica dos estudos antropológicos, que por muito tempo se conservaram em uma perspectiva centrada na sincronia. Com isso, tais estudos desprezavam uma dimensão do social que, em boa parte, pode ser reconstruída por meio de uma documentação passível de ser compulsada por antropólogos. Oriunda da sociedade dominante, colonial ou nacional, tal documentação reflete sua posição e percepção diante dos indígenas, e, simultaneamente, preserva informes fundamentais para o conhecimento etnográfico dos processos de contato interétnico nos quais eles, frequentemente, foram compelidos à reconstrução de suas identidades (Agostinho e Carvalho 1995 [2011:469]). Já o segundo aspecto decorre da relevância prática e política do “saber histórico na defesa de direitos legalmente garantidos, com base na própria identidade de tais povos, assim como na garantia dos territórios que lhes pertencem” (Agostinho e Carvalho 2011:469).

Constatava-se, igualmente, a dificuldade do uso de fontes manuscritas devido à sua dispersão por muitos arquivos e ao grande número de documentos. Do mesmo modo, outra dificuldade era a falta de treinamento, em história e paleografia, por parte da maioria dos indigenistas e antropólogos. Para remediar as mencionadas limitações e a participação bem maior de estudantes de mais de um nível, aproveitou-se a oportunidade decorrente da expansão dos recursos por parte do CNPq, nos anos 1990, e foi desencadeada uma segunda fase, tão logo surgiu a possibilidade de desenvolver um projeto mais amplo, dessa natureza, afinal submetido em 1994, e aprovado para ser iniciado em 1995. Foi desse modo institucionalizado o Fundocin, com bolsas de iniciação para graduandos e de aperfeiçoamento para um ou dois recém-graduados.

Ele foi elaborado, pois, para estimular e facilitar o acesso a documentos históricos por aqueles que não são historiadores de profissão. As normas para a transcrição paleográfico-diplomática e informatizada dos documentos coletados pelo Fundocin foram compiladas e estabelecidas entre junho e outubro de 1997, em torno de interesses histórico-antropológicos e histórico-linguísticos, para os quais tanto o conteúdo quanto a forma linguística dos textos são relevantes. Optou-se, assim, por uma transcrição paleográfico-diplomática a mais conservadora possível, e cujas decisões quanto à transcrição, consubstanciadas nas normas, foram condicionadas pela exigência básica de conservadorismo, só atenuada pelas limitações impostas pelo programa de processamento de texto adotado (Agostinho e Carvalho 1998).

Os procedimentos e critérios adotados para a sua consecução procuram assegurar uniformidade à busca, transcrição paleográfica, organização e publicação dos manuscritos ao longo de três fases, logicamente articuladas e aplicáveis a qualquer arquivo, iniciando-se pelo Arquivo Público do Estado da Bahia, cuja 1ª etapa se concentrou no levantamento, incluindo a) escolha do acervo geral; b) identificação das coleções relevantes ou promissoras e o estabelecimento de uma ordem de prioridades em sua consulta; c) arrolamento, leitura e trans-

crição diplomática dos documentos, de acordo com a ordem em que forem encontrados, e posterior digitação do material; d) fichamento individual de cada documento transcrito. Cada ficha-resumo contém data (dia, mês e ano) do manuscrito; sigla de identificação e número de ordem no Fundocin; resumo descritivo (e despachos recebidos); nome do emissor; local de origem; nome do receptor; cota no arquivo de origem; nome dos responsáveis pela leitura, transcrição e fichamento do manuscrito e respectiva revisão; data final da transcrição paleográfica e elaboração da ficha de referência. A parte restante da ficha-resumo é reservada ao índice do documento, subdividido em uma parte analítica e outra sistemática.

Na 2ª etapa, o documento é classificado de acordo com as grandes áreas geográficas de origem e, ou, de referência. Na analítica, de caráter substantivo, o procedimento é o mesmo comumente usado nos índices analíticos de obras impressas (Agostinho 1998:13-14). As etapas subsequentes são, 3ª, arquivamento das imagens digitalizadas estocadas em computador devidamente identificadas e com um fichário de referência; transcrições diplomáticas em cópias digitadas; fichas-resumo; índices sistemáticos e analíticos gerais, a partir dos índices individuais contidos em cada ficha-resumo; e, 4ª, publicação de catálogos, por arquivo ou coleção, adotando-se a forma de fascículos que se poderão reunir e encadernar, em sucessivos volumes de um catálogo geral (1988:15-16).

O conjunto documental já compulsado recobre, em extensão, grande parte do atual território do estado da Bahia, circunscrevendo-se, espacial e geopoliticamente, à sede administrativa da Província (Salvador), ao Recôncavo Baiano e às regiões Centro-Oeste, Norte/Nordeste/Região São Franciscana e Sul, do início do século XVIII ao final do século XIX, e remetendo aos contextos políticos Colonial e Imperial (1º e 2º reinados). Os conjuntos são organizados administrativamente segundo as seguintes unidades geográficas:

A. O conjunto correspondente à sede administrativa (Salvador) abrange os anos entre 1758 e 1887, referindo-se, portanto, aos períodos históricos colonial e imperial. Os seus âmbitos temáticos já divisados concer-

nem a questões de terra, sob a forma de documentos oficiais pertinentes à demarcação de terras indígenas das vilas novas de Abrantes, Olivença, Barcelos e Santarém; mapas de Aldeias (sínteses geográfico-demográficas das localidades); concessões e alvarás de sesmarias; reconhecimento de sesmarias para índios; comunicações oficiais acerca da extinção de aldeamentos; e, por fim, comunicados da presença autorizada de famílias indígenas em terras de particulares; questões relativas à ordem e segurança públicas, tais como referências à prisão de índios e solicitação de armamentos, instrutores e reforços de tropas da Guarda Nacional. Os documentos referentes à Guarda Nacional estão associados ao ciclo de rebeliões dos indígenas da Pedra Branca, importante insurgência aos processos de exclusão territorial, social e político empreendido pelos agentes políticos locais, devidamente apoiados pelas engrenagens do poder provincial e imperial brasileiros. A revolta recobriu um território considerável da área sudoeste do recôncavo baiano, especialmente as vilas de Cachoeira, Pedra Branca, Amargosa e suas adjacências (povoados e aldeias).

B. O conjunto pertinente ao Recôncavo (Vilas de Nazaré, Nova Lage, Valença, Cachoeira, Muritiba, São Félix e Pedra Branca / Povoados da Gibóia, Tapera, São Miguel, Caranguejo e cercanias) engloba os séculos XVIII e XIX e compreende documentação pertinente a questões de terra, sob a forma de livros de registros de terras pertencentes a índios nas Vilas de Nazaré, São Fidélis, Nova Lage e adjacências, de propriedades circunvizinhas às suas ou de usufruto foreiro por parte de nacionais em terras de índios. É um acervo de grande importância historiográfica, haja vista sua utilidade histórico-cartográfica, capaz de, mediante escrutínio, desvelar a estrutura fundiária da época (século XIX), nesses locais. Além disso, permite, por comparação com a paisagem local atual, reconstruir as possessões outrora pertencentes aos índios, e obter informações úteis aos processos judiciais atuais de afirmação e demarcação territorial; questões relativas à educação formal (encaminhamento de mapas de alunos (nacionais, indígenas e mamelucos) e dados acerca da ação estatal, determinando a progressiva substituição das línguas matrizes pela língua portuguesa; questões relativas à ordem e segurança públicas, sob a forma de um vasto e rico subconjunto de documentos que tematicamente se concentra, em quase sua totalidade, na revolta indígena de Pedra Branca; e questões político-administrativas, i.e., solicitação de provisões, relatos de crise de autoridade, interferência de índios armados nas eleições locais, notas sobre eleições, e informes de nomeação de autoridades locais (Fundocin 2003-2005:32).

C. A documentação pertinente à Região Sul (Vilas de Abrantes, Verde, Ilhéus, Porto Seguro e Trancoso) recobre, cronologicamente, os séculos XVIII e XIX e suas categorias temáticas são similares às anteriores.

D. O conjunto temático formado pelas regiões Norte/Nordeste e Sanfranciscana (Vilas da Barra, Campo Largo, Itapicuru, Mirandela, Pom-bal, Soure, Santa Rita, Saúde e Rodelas) recobre apenas o século XIX, abrangendo questões de terra – ofícios relativos à concessão de usufruto de terras aos índios de Rodelas; documentos que atestam a existência e extinção de aldeias de índios; informes sobre abertura de missões; ofícios de convocação de foreiros; registros e escrituras de proprietários de terras (não indígenas); informes sobre limites de aldeias; notas sobre situação e limites de terras dos índios; e ofícios que denunciavam invasão de terras pertencentes a índios; questões relativas à ordem e segurança públicas – temor dos índios “selvagens”; documentos que denunciam autoridades públicas à Ouvidoria Geral; ofícios que informam sobre desavenças entre indígenas e não indígenas; discórdias entre índios e escravos; desavenças por não pagamento, pelos índios, dos direitos paroquiais; prisão de índios; invasão de terras a eles pertencentes; e relatos sobre a presença de índios “selvagens” nas cercanias das Vilas; questões político-administrativas: obras públicas (construção de estradas e abertura de picadas); informes sobre atentados aos direitos dos índios; ofícios que apresentam listas de índios eleitores; normas para sepultar, gratuitamente, indígenas. Emerge, pela primeira vez e como objeto central na documentação, assunto relacionado aos direitos civis dos índios, no século XIX (Fundocin 2003-2005:42).

Depois de pouco mais de cinco décadas da sua criação, o Pineb prossegue ativo, assim como o Fundocin. Neste último caso, há ainda um pequeno conjunto de monoblocos com documentos diplomaticamente transcritos em processo lento de digitação por bolsistas. Bolsistas prosseguem sendo incorporados, sistematicamente, desde 1995, quando o CNPq aprovou o Projeto Integrado Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre Índios da Bahia. Há vários casos de estudantes cuja formação graduada transcorreu no Pineb e desses, alguns no âmbito do Fundocin.

Considerações finais

Vale apontar, finalmente, o paralelo entre o crescimento acadêmico com a luta desenvolvida pelos próprios povos indígenas. No tocante à luta e resistência indígenas no Nordeste, a década de 1970 significou um novo capítulo com a decisiva colaboração da igreja católica, por

meio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que, desenvolvendo ações a partir das comunidades, foi fundamental para romper o seu relativo isolamento no circuito das redes de conhecimento e trocas já estabelecidas, e para estimular a sua presença nas grandes assembleias indígenas, onde passam a ganhar crescente visibilidade.

No momento em que fazemos a presente atualização deste texto, em meados de 2024, o movimento dos povos indígenas na Bahia segue vigoroso. Há, como se viu, muitas conquistas a destacar, mas ainda muitas por que lutar arduamente. São hoje mais de trinta povos indígenas na Bahia, vivendo em cerca de 90 territórios, em mais de cinquenta municípios e mais de duzentas comunidades locais. Pelos dados do censo de 2022, a população indígena no estado é de aproximadamente 230 mil pessoas, o que inclui importantes segmentos indígenas fora dos seus territórios e de autodeclarados indígenas em contextos urbanos, fazendo da Bahia o estado com a segunda maior população indígena no país. A Anai (Associação Nacional de Ação Indigenista – Bahia) mantém um monitoramento permanente das Terras Indígenas na Bahia e de sua atual situação jurídica, o que pode ser consultado em: anaind.org.br/povos-indigenas/ (Sampaio 2024).

No que tange ao Programa acadêmico, em geral, estimulamos aqueles que se graduaram na UFBA, ao abrigo do Pineb, a se lançar a novas experiências pós-graduadas externas, sem prejuízo da continuidade dos vínculos internos. E assim tem sido, em certos casos, mas em outros o deslocamento para uma pós-graduação só tem ocorrido no doutorado, o que explica o número significativo de dissertações produzidas que, ao lado dos artigos, capítulos de livros e livros, atingem considerável expressão, quantitativa e qualitativa. Vale observar, todavia, que, neste artigo, definimos como horizonte temporal limite de produção a década de 1990. Há de se notar que até o início dos anos 1990, se por um lado a produção acadêmica do único Programa de Pesquisas então existente sobre povos no Nordeste – o Pineb – consistiu em etnografias e de um desenvolvimento teórico e conceitual pioneiro e, segundo a nossa avaliação, de boa qualidade, por outro

lado, suas contribuições teóricas parecem ter sido subaproveitadas nas pesquisas posteriores.

Neste sentido, também se considerarmos o desconhecimento contemporâneo generalizado sobre as origens da etnologia no Nordeste, supomos ter valido a pena rememorar, e historicizar, a formação, nos anos 1970 e 1980, deste campo etnológico que era, na prática, inteiramente novo, imprevisto e que se desdobrou lentamente até atingir um certo patamar de visibilidade, nos anos 1990, quando outros esforços institucionais se juntaram aos já desenvolvidos. Poucos antropólogos, do nosso ponto de vista, tiveram repercussão sobre a disciplina como a produzido pelo impulso despretenso e abnegado de Pedro Agostinho (Carvalho e Reesink 2023).

A experiência de participar de um grupo de pesquisa desde, no caso de Maria Rosário de Carvalho, estudante graduanda, e de Reesink, pós-graduando, gerou um sentimento de pertinência e um impulso para a pesquisa que foram determinantes para as suas trajetórias acadêmicas e de vida. O sentimento de pertinência, por sua vez, se desdobraria em uma espécie de compromisso institucional para com as novas gerações das ciências sociais da FFCH da UFBA, no sentido de buscar lhes proporcionar parte do que haviam experimentado sob a liderança de Agostinho.

Da parte de Agostinho havia, é importante sublinhar, a expectativa de que aqueles para cuja formação ele havia decisivamente contribuído, não se dispersassem, uma vez que ele julgava estar diante de pessoas vocacionadas para o trabalho acadêmico e universitário. Por outro lado, o engajamento ético-político para com os indígenas, constituía, para ele, algo especialmente relevante para um antropólogo, um compromisso para a vida.

Vale, contudo, registrar que a sua expectativa nunca era explicitada, apenas acalentada. O seu exemplo despojado contrastava com o seu grande conhecimento e atraía os estudantes, que se sentiam, invariavelmente, acolhidos e considerados. Todos o tratavam, salvo raras exceções, por Pedro. Ele parecia saber medir a sua expectativa

em relação a uns e outros, sem deixar, todavia, de estimular a todos. E sem ser indulgente.

Supomos ter-nos mantido fiéis ao espírito que presidiu o Programa e o Fundo, tal como pensados e concretizados pelo seu fundador e animador Pedro Agostinho (1978:135-136) que, em comunicação apresentada na XI RBA, em Recife/PE, 1978, na mesa-redonda Ensino, Teoria e Pesquisa na Pós-Graduação, organizada por Roberto Cardoso de Oliveira, assim o sintetizou:

O Projeto [PPPIB] de que acabo de falar não nasceu como um todo e de uma só vez, e foi sim resultante de uma série de aproximações em que ensino, pesquisa, preocupações pedagógicas e ainda o sentido de responsabilidade prática para com os grupos indígenas estiveram sempre estreitamente interligados. É isso que procurei mostrar, historiando a atividade desenvolvida. Pedagogicamente, o esforço principal foi dirigido a suprimir o método expositivo, a substituí-lo pela dúvida e pelo debate, e a atenuar ao máximo a oposição estrutural e formalizada entre professor e alunos, substituindo-a pela existência de um grupo de estudos – e mais tarde de equipe de pesquisa – com um mínimo de distinções de status, nos quais apenas a maior experiência levasse a conduzir, mas não a dirigir com respaldo na autoridade – no sentido medieval do termo. Procurei fugir, sem prejuízo do rigor, aos perigos de um elitismo intelectualizante. Ou, se me permitirem, diria que procurei introduzir a *communitas* no interior da estrutura, pois persegui deliberadamente a antiestrutura que, só ela, me parece compatível com a ideia de Universidade. Creio ter, nisso, alcançado um certo êxito.

Notas:

¹ Como Reesink e Lins Reesink (2023:1) citam, na epígrafe de um artigo que reavalia a contribuição conceitual esquecida do antropólogo baiano Thales de Azevedo para a etnologia dos povos indígenas (Thales era colega sênior de Pedro Agostinho): “In my experience, anthropology is always going somewhere else. Whoever thinks he or she is working on the cutting edge of the discipline is likely to be viewed by adjacent generations as a maverick experimentalist or a fossilized representative of the past. Unfortunately, ignoring or denigrating the work of predecessors and contemporaries as irrelevant to our own interests means we learn neither from our successes or our failures.” “Na minha experiência, a antropologia sempre está indo para um outro lugar. Para quem quer que seja que pense que está trabalhando na linha

de frente da disciplina provavelmente será visto pelas próximas gerações como um experimentalista fora da normalidade ou um representante fossilizado do passado. Infelizmente, ignorando ou denegando a obra dos antecessores e contemporâneos como irrelevantes para nossos próprios interesses significa que não aprendemos nem com os nossos sucessos, nem com os nossos fracassos.” (Elisabeth Colson; nossa tradução)

² Até 2003, quando o Brasil ratifica a Convenção 169/OIT – adotada em 1989 e ratificada em 2004 –, a Convenção 169 da OIT é o principal tratado internacional sobre direitos de povos indígenas e tribais (saúde, educação, trabalho, usufruto da terra, entre outros) –, a identidade étnica dos povos indígenas que a reivindicavam era “atestada”, a pedido da Funai, por antropólogos que detivessem conhecimento sobre os reivindicantes. Vale notar que os antropólogos engajados jamais aceitaram produzir atestados, emitindo tão somente pareceres que informavam sobre os seus modos de reprodução biológica e social (Carvalho 1982).

³ Nos últimos tempos uma parte do movimento indígena tem advogado o uso do termo indígena e o abandono do termo índio. Evidentemente, há razão para apontar a origem colonial e imposição externa do segundo. No entanto, no caso do Nordeste, a luta tem sido para continuar índios na perspectiva da sociedade brasileira e para que lhes seja reconhecido o status jurídico pertinente. O termo indígena é mais adequado em alguns sentidos, porém, pode ressentir-se de certas ambiguidades porque abrange, em sentido convencional, a todas as pessoas originárias de certa região, e no Brasil, todos são indígenas. Adotamos, portanto, os dois termos aqui.

⁴ O termo designa distintos processos históricos com forte motivação étnica, sejam aqueles decorrentes de migrações, fissões ou fusões, sejam aqueles outros resultantes de distintas modalidades de emergência social e política (v. Miguel Bartolomé 2006).

⁵ Após cinco décadas e meia, a situação não foi completamente superada. Um bom testemunho em contrário é o livro Povos Indígenas no Brasil – Mirim (ISA 2015), no qual os indígenas das regiões Sul/Sudeste, excetuados os Guarani, ainda estão completamente invisibilizados.

⁶ Esse Simpósio foi de suma importância para redirecionar as pesquisas e ações antropológicas sobre povos indígenas. Santos e Agostinho participaram, mas, devido à ditadura brasileira dos chamados anos de chumbo – 1968-1974, período de maior violência e censura – não assinaram a Declaração de Barbados I (Oliveira 2023). Veja-se: “Em face de tal situação, os Estados e os cientistas sociais, principalmente os antropólogos, devem assumir posturas inequívocas em vista de uma ação imediata para acabar com esta agressão e assim contribuir para favorecer a libertação do indígena, mediante a criação de um estado verdadeiramente multiétnico no qual cada etnia tenha direito à autogestão e à livre escolha de alternativas sociais e culturais” (Declaração de Barbados I pela libertação do indígena, 30 de janeiro de 1971).

⁷ Pedro Agostinho, em data anterior a 1971, trabalhou no Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFBA, dirigido por Valentin Calderón – que fundou o Museu de Arte Sacra da Bahia e concebeu o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA (Valentini 2023:80) – que o tinha como um pesquisador auxiliar. Ele se afastou do Laboratório em 1968, para atender convite da Fundação Atlante de Cultura, dirigida pelo seu pai, Agostinho da Silva, assumindo a liderança científica do Centro

Brasileiro de Estudos Indígenas, em Brasília, por curta duração, já que o Centro não se viabilizou financeiramente.

⁸ Tradição antiga prevalente na UFBA, que distinguia a Antropologia como biológica e a Etnologia. como Antropologia Cultural.

⁹ Para Rafael Menezes Bastos, grande especialista na musicologia Kamayurá, o *Kwarip* é um livro que se tornou um clássico, e cuja chave de entendimento está na dialética entre o mito e o rito – a dança aí tendo interesse estratégico – e na equação temporal de longa duração do rito. [...] (Bastos 2023).

¹⁰ Valentini observa que Pedro Agostinho, desde o Xingu, experimentou a escassez de verbas, o contexto de 1964 e também os efeitos do acidente que lhe inutilizara o pé direito. Ademais, a sua dissertação de mestrado – “uma etnografia rigorosa” do *kwaryp kamayurá* – teria sido “uma conciliação pragmática de limitações de diversas ordens [...]” (2023:81).

¹¹ O conceito de situação colonial desenvolvido por Georges Balandier (1993) influenciou a antropologia desenvolvida na América Latina e a emergência do conceito de fricção interétnica desenvolvido por Cardoso de Oliveira.

¹² A influência desses intelectuais portugueses sobre Pedro Agostinho ocorreu no que ele denomina fase pré-escolar, portanto antes do seu deslocamento para o Brasil, seguindo o pai. Ele refere a contatos mais ou menos indiretos e diretos com “um círculo que gravitava, no começo, em torno da casa do Antonio Sérgio de Souza, em Portugal, grupo este que incluía Castelo Branco Chaves, Agostinho da Silva, Fernando Rau, Pedro Nascimento e Álvaro Salema” (Memorial Pedro Agostinho, 2006).

¹³ Duas unidades da federação concentram 42,51% da população indígena residente no país, i.e., o Amazonas, com 490 854 pessoas indígenas, correspondendo a 28,98% da população indígena, e a Bahia, com 229 103 pessoas indígenas, 13,53% do total de pessoas indígenas residindo no país (IBGE 2023:90). De acordo com os dados do censo de 2022, a população indígena na Bahia é de aproximadamente 230 mil pessoas (Sampaio 2024).

¹⁴ À época os Pataxó, impedidos de plantar pelos guardas do então IBDF, não dispunham de um território agrícola, tampouco de uma base adequada para a coleta de proteína animal (v. adiante).

¹⁵ No século XVI, André Thévet (1978) registrou árvores que crescem em rios com foz junto ao mar, permanecendo carregadas de ostras comidas pelos nativos, e Fernão Cardim afirmou que o caranguejo uçá sustentava os índios e os escravos (apud Soffiati, 2023:180-181). Como é sabido, os manguezais constituem ecossistemas com alto potencial de biodiversidade e excelente fonte alimentar para populações que se reproduzem mediante economia de subsistência (Novelli e Cintrón 1986 apud Soffiati 2023). Mais recentemente, foi descoberta a sua grande capacidade para reter carbono emitido por atividades humanas, o que os torna especialmente relevantes para o controle das mudanças climáticas em curso (Soffiati 2023:174). Para Pedro Agostinho, foram os mangues e bancos de moluscos que ofereceram a primeira base para a sedentarização das populações pré-históricas litorâneas da América do Sul (Meggers 1970:6-11), e foram também eles que, combinados à agricultura no leste do continente, permitiram os elevados montantes das aldeias Tupinambá, de que nos falam os cronistas (Agostinho 1988:75).

¹⁶ Vale notar que, em Salvador, o caboclo e a cabocla festejam, anualmente, com a população, a independência do Brasil na Bahia, com seus carros alegóricos estacionados na Praça 2 de julho, da qual retornam, no 05 de julho, para a Lapinha – ponto de partida do desfile cívico em celebração à data – de onde só retornarão no próximo ano. É prática local visitas aos caboclos para formular pedidos, agradecimentos e levar oferendas, predominantemente frutas.

¹⁷ Criado, em 1943, durante a ditadura do Estado Novo, supostamente por pressão do Marechal Rondon e influência do Congresso Indigenista Interamericano que havia sido realizado no México, em abril de 1940. Uma nova Lei (14.402/22) oriunda do Projeto de Lei 5466/19, da deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), aprovado pela Câmara dos Deputados, em 2021, e pelo Senado em maio de 2022, renomeou a data como Dia dos Povos Indígenas, com a intenção de ressaltar, de forma simbólica, não o valor do indivíduo estigmatizado “índio”, mas o valor dos povos indígenas para a sociedade brasileira. “O propósito é reconhecer o direito desses povos de, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, assumir tanto o controle de suas próprias instituições e formas de vida quanto de seu desenvolvimento econômico”, afirmou a deputada quando o texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara (Fonte: Agência câmara de notícias).

¹⁸ Professores da UFBA costumam referir-se ao prédio da reitoria como palacete da reitoria, provavelmente devido ao fato de os silhares – pedras lavradas que são utilizadas no revestimento de paredes – dos azulejos ali existentes serem provenientes do Solar Bom Gosto ou Palacete Aguiar, construído na metade do século XIX. Demolido em 1933, os azulejos foram removidos, guardados e reaproveitados em 1953, quando da construção do prédio da Reitoria da UFBA (Mapeamento Cultural UFBA 2019/Mapa Cult UFBA, Fonte: Iphan – <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>).

¹⁹ O Kuarup/Kwaryp é um ritual em homenagem a determinados mortos, ou seja, os homens *more-rekwat* e as mulheres *nuitus*, que detêm status social distinto dos *kamaras*, não obstante o status não implique em poder ou privilégios.

²⁰ O professor Clóvis Antunes, falecido em junho 2024, já se preocupava com os índios de Alagoas nos anos 1960 e publicou importantes contribuições a partir dos anos 1970. Um trabalho de muito grande valor, sendo que não formou um grupo de pesquisadores e também não se preocupou com incursões teóricas.

²¹ É importante observar que as dissertações de Elizabeth Mafra Cabral Násser e Nássaro Násser, Sociedade Tuxá e Economia Tuxá, respectivamente, foram as primeiras orientadas por Pedro Agostinho, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, em 1975.

²² Cloves Macedo Neto, Jurema Machado Andrade Souza (hoje docente na UFRB), Ana Claudia Souza (hoje docente na UNILAB), Ana Magda Carvalho, Jorge Bruno Sales Souza (Analista em Antropologia/ Perito do MPU), Luiz Eduardo Spinola, Marcio Mascarenhas, Urania Santa Rosa e Tamara Tanner.

²³ Um novo artigo está previsto justamente para tratar, mais pormenorizadamente, das contribuições teóricas dos pesquisadores associados ao Pineb.

Referências:

- AGOSTINHO, Pedro. 1972. *Identidade e situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia*. Salvador: PPPIB-Universidade Federal da Bahia: ms.
- AGOSTINHO, Pedro et al. 1974. "Identificação étnica dos Pataxó de Barra Velha/Bahia." In *Memoriam Antonio Jorge Dias*. Vol. II, pp. 393-400. Lisboa: I.A.C.-J.I.U.
- AGOSTINHO, Pedro. 1978. "Ensino Pós-Graduado, Teoria e Pesquisa Antropológica. Uma experiência na Universidade da Bahia." *Revista de Antropologia*, 22:133-142.
- AGOSTINHO, Pedro. 1988. "Condicionamentos ecológicos e interétnicos da localização dos Pataxó de Barra Velha, Bahia." *Cultura*, 1(1):71-77.
- AGOSTINHO, Pedro. 1993. "Índios e ambientes; considerações ecológicas no estudo e demarcação de territórios indígenas." In MAGALHÃES, Antônio Carlos (org.), *Sociedades indígenas e transformações ambientais*, pp. 155-184. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Meio Ambiente.
- AGOSTINHO, Pedro. 1998. *Projeto Integrado de Pesquisa relativo ao Fundocin, encaminhado ao CNPq (período 1999-2001, Etapa 1.3 Arquivo Público do Estado da Bahia)*. Salvador: FFCH/UFBA.
- AGOSTINHO, Pedro, CARVALHO, Maria Rosário de & CARVALHO, Ana Magda de. 1998. *Pineb/Fundocin: Normas para transcrição paleográfico-diplomática. Instrumentos de trabalho e organização do Fundo de Documentação informatizado*. Salvador: Pineb/Fundocin, FFCH/UFBA, ms.
- AGOSTINHO, Pedro & CARVALHO, Maria Rosário de. 2011. "Antropologia e História - bases documentais para a abordagem das sociedades indígenas do Norte e Nordeste do Brasil." In MAGALHÃES, Sônia Barbosa, SILVEIRA, Isolda Maciel da & SANTOS, Antônio Maria de Souza (orgs.), *Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão*, pp. 469-487. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Museu Paraense Emilio Goeldi.
- ALVAREZ, Gabriel O. Miguel Bartolomé, A Reunião de Barbados. LAPOE (Laboratório de Pesquisa Olhares Etnográficos, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais da UFG e ao PPGAS-UFG). Video disponível em: <https://ppgas.fcs.ufg.br/p/23837-videos>.
- AMORIM, Paulo de. 1970. *Índios camponeses: os Potiguara de Baía da Traição*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.
- AMORIM, Paulo de. 1975. "Acamponesamento e proletarianização das populações indígenas do nordeste brasileiro." *Boletim do Museu do Índio: Antropologia*, 2:1-19.
- BAHIA. 1926. "Lei Estadual No. 1916/26." *Diário Oficial*, Salvador, 11/08/1926, p. 9935.
- BALANDIER, Georges. 1993. "A noção de situação colonial." *Cadernos de Campo*, 3(3):107-131.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1972. *Os Kariris de Mirandela: um grupo indígena integrado*. Salvador: EDUFBA.
- BARTOLOMÉ, Miguel. 2006. "As Etnogêneses: Velhos Atores e Novos Papéis no Cenário Cultural e Político." *MANA*, 12(1):39-68.

- BASHKOW, Ira. 2004. "A Neo-Boasian Conception of Cultural Boundaries." *American Anthropologist*, 106(3).
- BASTOS, Rafael José de Menezes. 2023. "Pedro Agostinho da Silva: uma homenagem." *Ilha*, 25(3):93-99.
- BRASILEIRO, Sheila. 1996. "A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri." Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- CARDIM, Fernão. 1980. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp.
- CAROSO, Carlos. 1977. "Pankararé de Brejo do Burgo: um grupo indígena aculturado." *Boletim do Museu do Índio. Documentação*, 6:1-12.
- CARVALHO, Maria Rosário de. 1977. "Los kariri de Mirandela: un subsegmento rural indígena." *América indígena*, 37(1):113-121.
- CARVALHO, Maria Rosário de. 1977. *Os Pataxó de Barra Velha. Seu subsistema econômico*. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- CARVALHO, Maria Rosário de. 1982. "Parecer sobre a identidade étnica Kapinawá." Salvador, ms.
- CARVALHO, Maria Rosário de. 1984. "A identidade dos povos do Nordeste." *Anuário Antropológico*, 82:169-188. Fortaleza e Rio de Janeiro: UFC e Tempo Brasileiro.
- CARVALHO, Maria Rosário de. 1988. "Os povos indígenas no Nordeste: território e identidade étnica." *Cultura*, 1(1):50-69.
- CARVALHO, Maria Rosário de. 2011. "De índios 'misturados' a índios 'regimados'." In CARVALHO, Maria Rosário, REESINK, Edwin B. & CAVIGNAC, Julie (orgs.), *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*, pp. 337-358. Natal: EDUFRN.
- CARVALHO, Maria Rosário de & CARVALHO, Ana Magda (orgs.). 2011. *Índios e caboclos: a história recontada*. Salvador: EDUFBA.
- CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. 2022. *Trajetórias e Histórias Insurgentes: Os Kariri-Sapuyá da Pedra Branca, Recôncavo Sul Baiano*. Salvador: Edufba.
- Declaração de Barbados I. Pela libertação do indígena, 30 de janeiro de 1971.
- DÓRIA, Hildete da Costa. 1988. "Localização das aldeias e contingente demográfico das populações indígenas da Bahia entre 1850 e 1882." *Cultura*, 1(1):81-90.
- DOUGLAS, M. 2014. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- FUNDOCIN. *Relatório Projeto Integrado – Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre Índios da Bahia do Programa de Pesquisas sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb), relativo ao período 03/2003 – 02/2005*. Salvador/BA, Depto. de Antropologia, FFCH/UFBA.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. 2007. "Colonialismo interno (uma redefinição)." In *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, pp. 430-458. Buenos Aires: CLACSO.
- GRÜNBERG, Georg. [1970] 2004. *Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnografia*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

- IBGE (Anônimo). "Informação geral da Capitania de Pernambuco." *Annaes da Biblioteca Nacional*, 28:1-534, 1908.
- IBGE. 2023. *Censo Demográfico 2022: Indígenas – Primeiros resultados do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE.
- MARTINS, Marco Aurélio. *O toré na Lagoa Grande*. Salvador: ms, 1982.
- MEGGERS, Betty. 1970. *Prehistoric New World Cultural Development*. Washington: Smithsonian Institute.
- NASCIMENTO, M. Tromboni. 1994. *O tronco da Jurema. Ritual e etnicidade entre os povos indígenas no Nordeste: o caso Kiriri*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- NÁSSER, Elizabeth Mafra Cabral. 1975. *Sociedade Tuxá*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA.
- NASSER, Nássaro. 1975. *Economia Tuxá*. Dissertação de mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- NOVELLI, Yara Schaeffer & CINTRÓN, Gilberto. 1986. *Guia para estudo de áreas de manguezal: estrutura, função e flora*. São Paulo: Caribbean Ecological Research.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 2023. "'Not mere objects of study': The Declaration of Barbados (1971) and the remaking of Brazilian Anthropology." *Bérose – Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie*, Paris. Disponível em: <https://www.berose.fr/article2897.html?lang=fr>. Acesso em: 11/06/2023.
- PETSCHELIES, Erik. 2022. *Ascensão e declínio da etnologia alemã (1884-1950)*. Campinas: EdUnicamp.
- REESINK, Edwin B. 1977. *Olhos miúdos e olhos graúdos em Massacará*. Universidade de Leiden.
- REESINK, Edwin B. 1983. "Índio ou caboclo – notas sobre a identidade étnica dos índios no Nordeste." *Revista Universitas*, 32:127-137.
- REESINK, Edwin B. 1984. "A questão do território dos Kaimbé de Massacará: um levantamento histórico." *Gente*, 1(1):125-135.
- REESINK, Edwin B. 1988. "A questão do território dos Kiriri de Mirandela: um confronto de dados e versões." *Cultura*, 1(1):41-49.
- REESINK, Edwin B. 1995. *O segredo do sagrado: o Toré entre os índios no Nordeste*. Trabalho apresentado na Anpocs regional, João Pessoa.
- REESINK, Edwin B. 2000. "O segredo do sagrado: O Toré entre os índios no Nordeste." In ALMEIDA, Luiz Sávio; GALINDO, Marcos & LOPES ELIAS, Juliana (orgs.), *Índios do Nordeste – temas e problemas II*, pp. 359-405. Macéio: Edufal.
- PRÍNCIPE, João. 2021. "Antônio Sérgio: a técnica, o trabalho e as origens do conhecimento científico humano." *Trans/Form/Ação*, 44:53-74.
- RICARDO, Fany (coord.). 2015. *Povos indígenas no Brasil–Mirim*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- SAMPAIO, José Augusto. 2011. "De caboclo a índio: etnicidade e organização social e política entre os povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil; o caso Kapinawá." *Cadernos do Leme*, 3(2):88-191.

- SAMPAIO, José Augusto. 2024. *História e Presença dos Povos Indígenas na Bahia*. ms.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. 1973. *Índios e brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre: Movimento.
- SILVA, Thayse Jacques da. 2015. “Da aculturação à fricção: o início da trajetória acadêmica de Sílvio Coelho dos Santos e a emergência da etnologia indígena no sul do Brasil.” Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- SOFFIATI, Arthur. 2023. “Breve história das relações das sociedades com os manguezais no Brasil.” *Ambientes*, 5(1):172-195.
- SWADESH, M. 1954. *Questionário lexical (207 itens)*. ms.
- THÉVET, André. 1978. *Singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp.
- URBAN, Greg. 1978. *A model of Shokleng social reality*. Ph.D. Dissertation. Chicago: University of Chicago.
- VALENTINI, Luiza. 2023. *Arquivos do futuro: caminhos e cuidados no arranjo preliminar da documentação pessoal de antropólogos*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- VELDEN, Felipe Vander. 2024. “Da ‘mentalidade de caçadores’ às ‘mudanças de filosofia de vida’: as distintas trajetórias do gado entre os Maxakali e os Krenak no leste de Minas Gerais.” *Argumentos*, 24(1):34-60.

Historical Emptiness: The ethnology of the ‘impure Indians’ and the Research Programme of the Indigenous Peoples in the Northeast (Pineb)

Abstract: This article is a contribution to the history of anthropology and focusses upon the creation of the Research Program on Indigenous Peoples of Northeast Brazil (Pineb), being located at the Department of Anthropology of the FFCH-UFBA, as well as the creation of the Fundocin - the Fund of Historical Documentation of Manuscripts on Indians in Bahia. It also discusses some of the academic contributions of its affiliated researchers in the period between 1970 and 1990.

Keywords: Indians, Northeast, History of ethnology, Interethnic relations, Pineb.

Recebido em setembro de 2024.

Aprovado em dezembro de 2024.